

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE TURISMO

FLÁVIA FERREIRA DOS SANTOS

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: ELABORAÇÃO DE UM MEIO
INTERPRETATIVO REFERENTE À FAUNA DO PARQUE NACIONAL DOS
CAMPOS GERAIS

PONTA GROSSA

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE TURISMO

FLÁVIA FERREIRA DOS SANTOS

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: ELABORAÇÃO DE UM MEIO
INTERPRETATIVO REFERENTE À FAUNA DO PARQUE NACIONAL DOS
CAMPOS GERAIS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do Título de
Bacharel em Turismo, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof. Dra. Jasmine
Cardozo Moreira

PONTA GROSSA

2015

FLÁVIA FERREIRA DOS SANTOS

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: ELABORAÇÃO DE UM MEIO
INTERPRETATIVO REFERENTE À FAUNA DO PARQUE NACIONAL DOS
CAMPOS GERAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de
graduado na Universidade estadual de Ponta Grossa, Área de Turismo

Ponta Grossa, _____ de _____ de 2015.

Prof. Dra. Jasmine Cardozo Moreira – Orientadora
Universidade Estadual de Ponta Grossa

“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado.”
(Roberto Shinyashiki)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente à Deus, pela vida que me concedeu e pelas pessoas que colocou em meu caminho. Me sinto muito amada e abençoada por Ele, e esta é apenas mais uma das muitas conquistas de minha vida que Ele me deu.

Agradeço também a meus pais, Jeane e João, por me colocarem no mundo e me educarem tal como sou. Pelo amor que me deram e pela confiança que depositaram em mim. À toda a minha família, meu primo Fernando e minha prima Eloiza, por me ajudarem sempre que pedi. Ao meu amigo David, por ter me ajudado MUITO, e por ter me aguentado estressada. Por sempre estar comigo a uns oitos anos e sempre me apoiar em tudo o que faço. Só tenho a agradecer por ter você como amigo!

Agradeço a todos os meus amigos que me apoiaram e me incentivaram, mais em especial aos colegas do Laboratório de Turismo em Áreas Naturais, por estarem comigo em um mesmo ideal, e também, a minha orientadora Jasmine que me ajudou com a realização deste trabalho.

Quero agradecer também aos meus colegas de sala, que mesmo os que não participaram muito, de uma forma ou de outra, fazem parte da minha história, e só desejo o melhor em suas vidas pessoais e profissionais! Agradeço também, a todos os meus professores da UEPG, que fizeram parte desta conquista.

Agradeço aos meus amigos: Eduardo, Andressa, Gisele, Thayná, David, pelo simples fato de existirem na minha vida e serem meus amigos. Obrigada por tudo! Quem tem amigos tem tudo, mais quem tem vocês como amigos, tem muito mais! Agradeço também ao Kevin, uma boa pessoa, que também contribuiu muito para que tudo isso se concretizasse!

“O otimismo é o ímã da felicidade. Se você for positivo, coisas boas e pessoas boas serão atraídas para você”.
(Mary Lou Retton)

RESUMO

O Turismo em Áreas Naturais é uma segmentação que cresceu gradativamente e conquistou lugar no mercado, com suas vastas possibilidades. Este tipo de segmentação trabalha aliado a sustentabilidade mais do que qualquer outro segmento turístico, e está vinculado aos diversos tipos de proteção e conservação do meio ambiente. Para trabalhar com essas áreas denominadas Unidades de Conservação, juntamente com a atividade turística, é necessário um amplo trabalho de interpretação ambiental para que o turista consiga perceber o território ao qual está inserido naquele momento, causando o mínimo possível de impactos. A interpretação ambiental também contribui na aproximação do homem com a natureza, pois, facilita a troca de informações e experiências, ela pode ser usada de diversas maneiras, analisando qual deles se encaixa para cada caso. O meio ambiente começa a ser mais valorizado depois de tantos malefícios causados pelo homem. Um exemplo são os Campos Gerais, que devido ao seu rico ecossistema passam a ser mais observados, com a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais - PNCG, em 2006. Embora o parque ainda não esteja totalmente desapropriado, deve-se pensar em formas de se destacar as belezas e a importância do parque para a região. Pensando nisso, o objetivo deste trabalho é elaborar um guia de campo referente à fauna do Parque Nacional dos Campos Gerais. O guia aborda as principais espécies da região, dando ênfase a sua existência dentro do parque. Conclui-se com este trabalho a importância do manejo em unidades de conservação e da interpretação ambiental para que haja uma junção entre a atividade turística e a sensibilização ambiental dentro de áreas protegidas.

PALAVRA CHAVE: Áreas Protegidas, Sensibilização, Fauna, Parque Nacional dos Campos Gerais.

ABSTRACT

The tourism in natural areas is one segmentation that grown gradually and conquest place in the market, with their vast possibilities. This type of segmentation works allied with the sustainability more than any other tourism segment, and it is linked to the many types of protection and conservation of the environment. To work with these areas denominated Conservation Units, together with tourism activity, is necessary a large environmental interpretation work for the tourist could perceive the territory which they belong in these moment, causing the minimum possible impacts. The environmental interpretation also contributes in the approaching of the man to the nature, because, easy the exchange of information and experiences, it could be used in several ways, analyzing witch one works for each case. The environment starts to be more valorized after so many harm caused by men. One example is the Campos Gerais, that due to its rich ecosystem become more observed, with the creation of Parque Nacional dos Campos Gerais – PNCG, in 2006. Although the park still not totally evicted, should think of ways to highlight the beauty and the importance of the park for the region. Thinking about that, the objetctiveof this work is elaborated onde camp guide referring to Parque Nacional dos Campos Gerais. The guide addresses the key species in the region, emphasizing its existence in the park. Concludes with this study the importance of management in conservation units and the environmental interpretation so there is a junction between the tourism activity and the environmental awareness into the protected areas.

KEY WORDS: Protected Areas, Awareness, Fauna, Parque Nacional dos Campos Gerais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	18
2.1 ECOTURISMO	21
2.2 TURISMO DE AVENTURA	23
2.3 GEOTURISMO	29
2.4 TURISMO RURAL	31
3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC's)	33
3.1 PARQUES NACIONAIS	39
3.2 PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS	41
3.2.2 Atrativos Turísticos do PNCG	44
3.2.2.1 Buraco Do Padre.....	44
3.2.2.2 Capão da Onça.....	46
3.2.2.3 Furnas Gêmeas e Furna Grande	47
3.2.2.4 Cachoeira da Mariquinha	48
3.2.2.5 Cachoeira do Rio São Jorge	49
3.2.2.6 Ponte do Rio São Jorge	50
4 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	52
4.1 MEIOS INTERPRETATIVOS PERSONALIZADOS	54
4.1.1 Trilhas Interpretativas Conduzidas	54
4.1.2 Excursões e Roteiros Geoturísticos	55
4.1.3 Palestras	56

4.2 MEIOS INTERPRETATIVOS NÃO PERSONALIZADOS	57
4.2.1 Trilhas autoguiadas	57
4.2.2 Painéis Interpretativos	58
4.2.3 Material Audiovisual	59
4.2.4 Guias Portáteis	59
4.2.5 Websites	59
4.2.6 Jogos e Atividades Lúdicas	59
4.2.7 Museus e Exposições em centro de Visitantes	60
4.2.8 Material Impresso	61
4.2.8.1 Folders	61
4.2.8.2 Cartão Postal	62
4.2.8.3 Guia de Campo	63
5 RESULTADOS: GUIA DE CAMPO	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	84

LISTA DE FOTOS

Figura número 1: Mapa Parque Nacional dos Campos Gerais	43
Figura número 2 – Buraco do Padre.....	45
Figura número 3 – Buraco do Padre	46
Figura número 4- Capão da Onça	47
Figura número 5 - Furna Grande	48
Figura número 6 - Cachoeira da Mariquinha	49
Figura número 7 – Cachoeira do Rio São Jorge	50
Figura número 8 - Área da Ponte do Rio São Jorge	51
Figura número 9 – Trilha da Fortaleza PEVV	55
Figura número 10 – Buraco do Padre	56
Figura número 11 – Trilha Parque Estadual de Vila Velha	57
Figura número 12 – Painel Interpretativo no Buraco do Padre	58
Figura número 13 – Aula sobre educação ambiental	60
Figura número 14 – Exposição da fauna dos Campos Gerais com material reciclado	61
Figura número 15 – Folder do Parque Nacional do Iguaçu	62
Figura número 16 – Cartão postal do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro – RJ	63
Figura número 17 – Guia de campo dos Mamíferos de Bonito & Serra Bodoquena.....	64
Figura número 18 – Capa do Guia de Campo da Fauna do Parque Nacional dos Campos Gerais	67

Figura número 19 – Animais Guia de Campo da Fauna do Parque Nacional dos Campos Gerais	67
Figura número 20 – Cachorro do Mato	68
Figura número 21 – Jararaca	69
Figura número 22 – Queixada	69
Figura número 23 – Cateto	70
Figura número 24 – Paca	71
Figura número 25 – Veado Campeiro	71
Figura número 26 – Veado Catingueiro	72
Figura número 27 – Gralhão	72
Figura número 28 – Tamanduá Bandeira	73
Figura número 29 – Capivara	74
Figura número 30 – Javali	74
Figura número 31 – Gralha-azul	75
Figura número 32 – Gambá	76
Figura número 33 – Quati	76
Figura número 34 – Lobo Guará	77
Figura número 35 – Jaguatirica	77
Figura número 36 – Suçuarana	78
Figura número 37 – Bugio	78
Figura número 38 – Lontra	79
Figura número 39 – Furão	79

Figura número 40 – Ariranha	80
Figura número 41 – Cutia	80
Figura número 42 – Ouriço	81
Figura número 43 – Gavião Carcará	81
Figura número 44 – Cascavel	82

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Atividades de Turismo de Aventura na Terra	24
QUADRO 2 – Atividades de Turismo de Aventura na Água	26
QUADRO 3 – Atividades de Turismo de Aventura no Ar	28
QUADRO 4 – Subdivisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral	37
QUADRO 5 – Subdivisão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável	38

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade multidisciplinar e por isso, abrange vários segmentos de várias outras áreas. A atividade turística foi se moldando com o passar dos anos, mas foi com a Revolução Industrial, no século XIX, que ela se desenvolveu da forma como vemos hoje.

Com o tempo viu-se a necessidade de segmentar a atividade para melhor atender e satisfazer o turista, dentro desta segmentação está o Turismo em Áreas Naturais, que é também subdividido. Esta segmentação abrange basicamente o homem em contato com a natureza, minimizando ao máximo possível os impactos negativos.

Isto se deu devido a necessidade do “homem com o verde”, decorrente da globalização que deixou o mundo cada vez mais tecnológico e moderno, afastando-o da natureza. As novas gerações muitas vezes nascem sem ter muito contato com a natureza, e as vezes, sem compreender bem que nós conseguimos alimento por ela. Antigamente a natureza era a forma de lazer das pessoas e não o uso de aparelhos tecnológicos, pensando nisso, assim, os gestores das atividades do turismo em áreas naturais tentam aproximar novamente o homem da natureza, e aproximá-la as novas gerações.

Almejando esta aproximação do homem com a natureza de uma forma sustentável, pensou-se na técnica da Interpretação Ambiental, como um modo de transcrever a natureza em uma linguagem simples e acessível ao público leigo em geral. Para melhor realizar este trabalho, desenvolveram-se várias formas de interpretação ambiental, os quais serão abordados neste trabalho, entre eles está o guia de campo.

Porém, esta aproximação por muitos anos foi descontrolada e sem planejamento, o que ocasionou em muita degradação nas áreas verdes. Pensando na proteção dessas áreas foram criadas as Unidades de Conservação. A região dos Campos Gerais no estado do Paraná, foi agraciada no ano de 2006, com mais uma unidade de conservação, o Parque Nacional dos Campos Gerais – PNCG.

Com base na pesquisa elaborada referente a interpretação ambiental em unidades de conservação, foi escolhido o guia de campo para trabalhar, com o tema “fauna” e assim, um dos objetivos desse trabalho foi elaborar um guia de campo do Parque Nacional dos Campos Gerais – PNCG. O parque foi escolhido por estar dentro da cidade de Ponta Grossa, e por ser objeto de estudo devido a sua beleza ímpar com sua biodiversidade.

A princípio foram selecionados vinte e cinco animais para compor o guia de campo. Os animais selecionados para fazer parte do guia foram escolhidos pela sua popularidade (por serem citados em outras publicações) ou por estarem ameaçados de extinção. Como o Parque Nacional dos Campos Gerais – PNCG ainda não possui plano de manejo, pois ainda não foi totalmente implementado devido as desapropriações, o guia que elaborado serve como uma proposta ao futuro plano de manejo do parque.

As informações sobre os animais serão dispostas em formato de “desenhos e legendas”, seguindo o modelo de guia de campos dos “Mamíferos de Bonito & Serra Bodoquena” e na última página estará a legenda para todos os desenhos expostos no guia de campo. A sua capa abrange sobre o parque e nas folhas seguintes sobre os principais animais do PNCG.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral, a realização de um estudo visando a elaboração de um material interpretativo impresso, o guia de campo da fauna do Parque Nacional dos Campos Gerais. E como objetivos específicos:

- Coletar dados secundários sobre a fauna do PNCG,
- Analisar modelos de “Guias de campo” e outros meios interpretativos,
- Elaborar o guia de campo do parque.

Quanto a composição do trabalho, o primeiro capítulo refere-se ao contexto histórico do turismo e da segmentação de turismo em áreas naturais. No segundo capítulo abrange o histórico das Unidades de Conservação e os tipos de UC, com ênfase ao Parque Nacional dos Campos Gerais, seu processo de criação e seus atrativos. O terceiro capítulo, trata-se da Interpretação Ambiental e os meios de fazer esta interpretação, com ênfase no guia de campo. No

quarto e último capítulo, apresenta-se o resultado de toda esta pesquisa, explicações sobre o guia de campo e sobre os animais selecionados.

2. TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

Com o passar dos anos, a perspectiva do homem com a natureza mudou, antigamente se imaginava uma natureza inesgotável, principalmente em relação a água. Com a Revolução Industrial, o avanço das indústrias passou a degradar ainda mais o meio ambiente, tudo isso visando o lucro.

Na década de setenta houve um grande aumento no fluxo turístico na América Latina devido a grandes investimentos turísticos. Os turistas buscavam por lugares novos para visitar, acontece então uma mudança, a busca pelo ambiente natural que estivesse conservado e que também tivesse, por parte dos responsáveis destas áreas, responsabilidade ambiental. (MOLINA, 1998, p. 63). Isso gerou grande repercussão no mercado turístico, pois, as empresas passaram por uma readaptação de venda, devido a esta nova “exigência” do consumidor.

Grandes desastres ecológicos também contribuíram para a sensibilização das pessoas, mostrando a importância do cuidado com o meio ambiente. Segundo Molina (1998, p. 63):

A sociedade e o turismo, altamente estandardizados (sobretudo o turismo) se localizam em espaços com grande concentração de atividades e de inversões. Com isso, estimulam o nascimento de novas gerações de visitantes, os quais valoram as manifestações da natureza que antes era reservada para poucos: excêntricos ou especialistas dedicados à observação das aves exóticas, rios caudalosos e safáris, que foram entre outras opções, adquirido valor no mercado.

Com o aumento de notícias sobre desmatamento ambiental, espécies entrando em extinção, antigos atrativos turísticos sendo fechados devido à alta degradação ambiental, as pessoas começam a se preocupar com o que estão “consumindo”, sobre o cuidado que é tomado para que ele possa visitar determinado atrativo causando o mínimo de impactos possível. Isso pode ser notado hoje com os anúncios de empresas de diferentes áreas, falando sobre “sustentabilidade”, fato que há anos atrás não se via.

Esta preocupação em priorizar a sustentabilidade se dá a importância que o próprio consumidor atribui ao saber da responsabilidade ambiental da empresa. Por ser uma segmentação diferenciada das outras, o motivo pelo qual os adeptos ao turismo de natureza têm para buscar esta segmentação,

também é diferenciado. Segundo Mckercher (2002), essas motivações englobam:

- Objetivos culturais e educacionais;
- Busca por experiências exóticas;
- Busca por novas amizades;
- Desafio pessoal, superação;
- Exploração, montanhismo, trekking;
- Oportunidade para experimentar um novo estilo de vida.

Este turista tem também outro olhar no que diz respeito a educação ambiental. Mas de qualquer forma, o impacto ocorre, tanto os negativos como os positivos. O fato é que este turista além de frequentado mais, tem também, observado mais os cuidados que se tem com essas áreas.

Podemos definir turismo de várias maneiras e com várias percepções. O turismo é uma atividade que não só depende dele mesmo, mas também, de outras áreas, sendo assim uma atividade interdisciplinar e multidisciplinar (BENI, 2008, p. 34-36).

Beni ainda divide a conceituação de turismo em três ângulos: econômica, técnica e holística. Segundo o autor, a definição econômica de turismo “só reconhece as implicações econômicas ou empresarias do Turismo”. As definições técnicas “fornecem uma estrutura especulativa, teórica, que identifica as características essenciais e distingue Turismo de outros fenômenos similares”. Já as definições holísticas, segundo o autor, “abrangem a essência do assunto”. Para Reinaldo Dias (2006, p. 01):

A atividade turística tem natureza fundamentalmente cultural, pois se trata de um processo de interações contínuas entre comunidades diferentes que ocupam espaços distintos socialmente construídos e que, por apresentar essa diversidade, tornam-se atraentes para o conhecimento do outro.

A Organização Mundial do Turismo (2003) considera turismo uma atividade para pessoas que viajam para lugares afastados de sua localidade, e que neles não permaneçam por mais de um ano, por motivos de lazer, negócios, aventura, entre outros. É considerada uma atividade sociocultural,

pois, envolve diversas culturas. E também o carro chefe da economia de algumas regiões.

Muitos outros autores podem ainda ser citados. O que se conclui é que o Turismo é um misto de informações de todas as vertentes, que tem por assim dizer a “função” de passar ao outro (turista) as informações recebidas, juntamente com as suas sensações. Estas informações são segmentadas e podem ser trabalhadas com seus vários lados, como por exemplo, a área natural.

Esta segmentação trabalha com o turismo no patrimônio ambiental de uma forma sustentável a fim de promovê-lo sustentavelmente. Considera-se “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (World Commission of Environment and Development 1987, *apud* RUSCHMANN, 1997, p. 10). Segundo Ruschmann (1997, p. 09):

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos.

Sauer (1975, p. 364) cita sobre as condições em que se vive o homem nas grandes cidades, em um ambiente tumultuoso, e por isso busca durante o tempo de lazer aproveitar o máximo que pode, muitas vezes sem se preocupar com o impacto que causa ao ambiente. O autor também cita fatores que contribuíram para o crescimento do fluxo turístico, entre eles a “busca pelo verde” e os impactos causados pela vida na cidade. Sendo assim, vem crescendo consideravelmente o turismo em áreas naturais.

Para Ruschmann (1997, p. 34), o turismo não é maligno ou benigno, pensar assim geralmente leva a decepções e a erros a médio e longo prazos, pois nenhum tipo de turismo, mesmo o mais brando, é capaz de não agredir o meio ambiente. O turismo mesmo com todas as precauções acaba impactando no meio ambiente, o que cabe aos responsáveis desta área é cuidar para que o impacto seja o menor possível. De acordo com Coelho (2006, p. 08):

O turismo constitui uma das principais atividades realizadas em áreas naturais protegidas, pois demanda pouca infraestrutura construída no

interior das unidades, além de teoricamente impactar menos que outras atividades como, por exemplo, a agricultura ou o extrativismo.

O turismo está previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e é considerado pelo Ministério do Meio Ambiente uma atividade passível de ser realizada nas Unidades de Conservação - UCs.

Como meio ambiente entende-se a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a Terra (Holder, 1991, p. 279) e nela trabalha-se meios de desenvolver os potenciais turísticos para transformá-los em atrativos. Por isso, o turismo em áreas naturais tende-se a ser subdividido em: ecoturismo, turismo de aventura, geoturismo e turismo rural. Outro tema às vezes confundido com o geoturismo é o ecoturismo, que também possui entre suas características a conservação ambiental.

2.1 ECOTURISMO

Segundo o Ministério do Turismo – Mtur, o termo Ecoturismo surgiu na década de 80, época propícia para discutir alternativas ambientais. A EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, iniciou em 1985 o Projeto “Turismo Ecológico”, criando dois anos depois a Comissão Técnica Nacional constituída conjuntamente com o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, primeira iniciativa direcionada a ordenar o segmento. Ainda na mesma década foram autorizados os primeiros cursos de guia especializados, mas foi com a Rio 92¹ que esse tipo de turismo ganhou visibilidade e impulsionou um mercado com tendência de franco crescimento.

O Ecoturismo no Brasil destaca-se a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por

¹ Rio 92: As bases para a conferência de 1992 já eram discutidas desde 1972, quando a ONU organizou uma conferência em Estocolmo, na Suécia. A Rio-92 teve tanta visibilidade e adesão de países que a reunião seguinte, em Joanesburgo, na África do Sul, foi apelidada de Rio+10. Entre 13 e 22 de junho deste ano, a Cidade Maravilhosa sediou a Rio+20. O objetivo do encontro foi verificar se houve avanços em relação às cúpulas anteriores e o que ainda precisa ser feito para que os países sejam, de fato, sustentáveis.

meio de técnicas sustentáveis alcançam a atividade turística (Ministério do Turismo – Mtur, 2008). Segundo o MTur:

O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal.

O Ministério do Turismo (2008) também cita que o Ecoturismo:

Tem como pressuposto contribuir para a conservação dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma situação de ganhos para todos os interessados: se a base de recursos é protegida, os benefícios econômicos associados ao seu uso serão sustentáveis. Além disso, a atividade amplia as oportunidades de gerar postos de trabalho, receitas e inclusão social e, acima de tudo, promove a valorização e a proteção desse imensurável patrimônio natural.

O Ecoturismo é a união da proteção ambiental com o desenvolvimento econômico de uma forma sustentável. A partir do interesse em proteger o meio ambiente, surge uma série de fatores interligados a qual esta proteção desencadeia. A geração de empregos é uma dela, a qual não só o ecoturismo faz desenvolver, mas também, a própria atividade turística. Embora, como citado pelo Ministério do Turismo, o foco seja a proteção ambiental:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

O Ecoturismo vem para realizar atividades junto à natureza, que envolvam aspectos de educação e interpretação ambiental, enfoque principal na natureza e na sua proteção. Segundo Lindberg e Hawkins (1999, p. 17) o ecoturismo:

Envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social. Essa responsabilidade deve ser assumida também pelo viajante. A expressão *viagem responsável*, outra designação para ecoturismo, envolve objetivos semelhantes.

Países em desenvolvimento podem usar o ecoturismo como forma de geração de lucro, como por exemplo, a Quênia, um país pobre mas rico em belezas naturais, que usa do turismo e do ecoturismo para gerar cerca de 500 milhões de dólares por ano para o país. (Lindberg e Hawkins, 1999, p. 18). Estes autores ainda citam que:

Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética.

O principal desafio é encontrar um equilíbrio entre a conservação e o planejamento turístico. Embora muitas pessoas tenham o desejo à conservação, falta a sagacidade de como se comportar perante isso. Segundo Paul Dale (2005, p. 03), o ecoturismo não é apenas uma preocupação com a natureza ou uma forma de se utilizar dos recursos naturais, é uma filosofia de vida e não apenas uma forma de “ganhar a vida”.

2.2 TURISMO DE AVENTURA

O Turismo de Aventura é associado ao Ecoturismo, é uma atividade que envolve, assim como as demais segmentações associadas a natureza, contato e respeito a natureza, embora este possa ser realizado também em espaços construídos, rurais e urbanos. É também, uma das formas de incentivar uma maior ligação com o meio natural (principalmente os jovens por envolver adrenalina) podendo assim, sensibiliza-lo com a questão da consciência ambiental.

O Turismo de Aventura está associado a compreensão de “movimentos turísticos” que são os fatores determinantes para a consolidação da realização da atividade turística, “decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativos e não competitivo” (Marcos Conceituais – Mtur).

Ou seja, não há vencedores ou perdedores, pois não é uma segmentação competitiva e sim, uma segmentação que envolve superação de medos, busca pelo “surpreendente”, riscos avaliados e calculados para segurança e o mais importante, com total consciência do praticante. Apesar dos riscos, é uma segmentação consolidada e muito procurada no mercado, este “perigo controlado” cativa muitas pessoas, o que faz a atividade crescer cada vez mais, oferecendo inúmeras possibilidades.

Dentre as atividades que podem ser realizadas, estas são divididas com base nos elementos da natureza: terra (quadro 1), água (quadro 2) e ar (quadro

3) e estão expostas em três quadros adaptados do Ministério do Turismo e da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura – ABETA

QUADRO 1 – Atividades de Turismo de Aventura na Terra

(continua)

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
Arvorismo	Travessia de um percurso suspenso entre plataformas montadas nas copas das árvores. Esse percurso é preparado de maneira estratégica,
	utilizando cabos de aço e cordas, com o objetivo maior de aumentar o desafio e a adrenalina. É dividido em: acrobático (objetivo da diversão, desafio), técnico (objetivo de transpor as copas das árvores) e o contemplativo (contemplação da natureza)
Bungee Jump	Atividade em que uma pessoa se desloca em queda livre, limitada pelo amortecimento mediante a conexão a um elástico. O elástico é desenvolvido especificamente para a atividade.
Cachoeirismo	Um “rapel molhado”, pois, nada mais é que a prática de descida de quedas d’água, seguindo ou não o seu curso natural, utilizando as técnicas do rapel.
Canionismo	Descida em cursos d’água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O

QUADRO 1 – Atividades de Turismo de Aventura na Terra

(continuação)

	Curso d'água pode ser intermitente.
Caminhada	Percursos a pé em itinerário predefinido. Pode ser dividido em: <i>hiking</i> (caminhada curta, de um dia) e o <i>trekking</i> (caminhada mais longa que necessita pernoite).
Cavalgada	Percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de Turismo Equestre.
Cicloturismo	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite.
Espeleoturismo	“Atividades desenvolvidas em cavernas (grutas, lapas, tocas e afins), oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística.” (ABNT).
Escalada	Atividade praticada em duplas ou em grupo, abrangendo variadas modalidades: a escalada de pequenos blocos (Boulder), falésias (via), grandes paredes rochosas, altas montanhas e ainda em muros artificiais.
Montanhismo	Atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha.

QUADRO 1 – Atividades de Turismo em Áreas Naturais na Terra

(conclusão)

Turismo fora-de-estrada	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não-convencionais com veículos automotores. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais.
Tirolesa	“Produto em que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.” (ABNT).

Fonte: Adaptado do Ministério do Turismo e da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura – ABETA

QUADRO 2 – Atividades de Turismo de Aventura na Água

(continua)

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
Boia-cross	Descida de rios praticada em câmaras de pneus de caminhão, encapadas com lona, nas quais o praticante viaja sentado (boia-cross) ou um bote inflável especialmente concebido para a atividade
Canoagem	Atividade praticada em canoas e caiaques, em mares, rios, lagos com águas calmas ou agitadas.
<i>Duck</i>	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis e remos,

Quadro 2 – Atividades de Turismo de Aventura na Água

(continuação)

	Com capacidade para até duas pessoas.
Flutuação/ <i>Snorkeling</i>	Mergulho superficial em rios, mares ou lagos de águas calmas e claras, em que o turista tem contato direto com a natureza, observando rochas, fauna e flora aquáticas com auxílio de máscaras, <i>snorkel</i> , colete salva-vidas e nadadeiras.
Kitesurfe	Esta modalidade utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa inflável (semelhante a um parapente) possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos, que se traduzem em movimentos singulares.
Mergulho	A atividade principal é o “mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado”. No turismo de aventura, consideram-se os mergulhos com fins recreacionais ou contemplativos, que englobam os de apneia (suspensão temporária da respiração) e os autônomos (praticados com o auxílio de equipamentos que permitem a respiração submersa).

QUADRO 2 – Atividades de Turismo de Aventura na Água

(conclusão)

Rafting	Descida de rios com corredeiras em botes infláveis.
Windsurfe	Ventos e ondas são os principais ingredientes dessa atividade que uniu a prancha do surfe à vela do iatismo. Alia o movimento do corpo à força dos ventos para gerar a propulsão da prancha a vela.

Fonte: Adaptado do Ministério do Turismo e da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura – ABETA

QUADRO 3 – Atividades de Turismo de Aventura no Ar

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
Balonismo	Atividade aérea feita em um balão de material anti-inflamável aquecido com chamas de gás propano, que depende de um piloto.
Paraquedismo	Salto em queda livre com o uso de paraquedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião. Como atividade de Turismo de Aventura, é caracterizado pelo salto duplo.
Voo Livre (Asa Delta ou Parapente)	Atividade com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta), ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos.

Fonte: Adaptado do Ministério do Turismo e da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura – ABETA

Essas atividades devem ser realizadas com o máximo de segurança, frisando a importância de cintos, capacetes, entre outras formas de segurança, para a proteção do cliente e da empresa prestadora da atividade. Por isso, é muito importante que ao tomar a decisão de praticar alguma dessas atividades de turismo de aventura, o turista certifique-se que a empresa escolhida ofereça total segurança na hora de realizar a atividade.

Essas empresas também devem ter a preocupação com a responsabilidade ambiental, pois, ao prestarem esses serviços causam impactos no meio ambiente. E mesmo que a própria atividade turística sempre vá causar impactos, é de suma importância tentar sempre minimizá-los.

2.3 GEOTURISMO

O Geoturismo é um segmento do Turismo muito confundido com o ecoturismo, pois, envolve o patrimônio natural. Porém, não envolve somente a biodiversidade, mas também, a geodiversidade.

O Geoturismo é uma segmentação de turismo em áreas naturais, realizado por pessoas que possuem interesse em atrativos geológicos e geomorfológicos. Para Ruhkys (2007), pode ser definido como um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e procura a sua proteção por meio da conservação dos seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.

O que diferencia o geoturismo do turismo convencional é o fato dele ser considerado uma segmentação turística responsável, que cumpre critérios e princípios básicos de sustentabilidade, contemplando os aspectos geológicos como os principais atrativos turísticos. Para alguns autores o geoturismo, devido as suas características chega a ser mais eco-friendly que o próprio ecoturismo (ROBINSON; ROOTS, 2008). O geoturismo conta com aprovação e incentivo da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO, sendo específico em suas potencialidades e objetivos.

Entre tanto, outras modalidades de turismo em áreas naturais, como por exemplo, Ecoturismo, Turismo de Aventura, entre outros, podem estar vinculados ao Geoturismo, visto que estas modalidades podem empregar meios interpretativos voltados a geodiversidade e geomorfologia. Com isso, o Geoturismo pode compartilhar dessas modalidades sem perder sua identidade. No Brasil o termo “geoturístico” é citado por Silva e Araújo (1987, p. 179):

[...] é elaborado um mapa inventário, contendo todos os recursos potenciais, naturais e culturais, bem como as variáveis geofísicas e socioculturais que atuam na área, a saber: clima, regime de ventos, existência de endemias, erosão, ação do homem, etc. esse mapa, denominado geoturístico ambiental, difere dos mapas geológicos, geofísicos clássicos e é de fácil elaboração, porém não dispensa os conhecimentos técnicos tradicionais.

Porém, este termo se refere a um mapa da implantação de um Distrito Ecoturístico e não a uma nova segmentação do turismo. A primeira citação científica voltada ao Geoturismo como segmentação turística foi em 1995, proposta pelo inglês Thomas Hose (p. 17), na qual o Geoturismo é definido como a “provisão de serviços e facilidades interpretativas no sentido de possibilitar aos turistas a compreensão e aquisição de conhecimentos de um sítio geológico e geomorfológico ao invés da simples apreciação estética”.

O geoturismo não se aplica apenas em ambientes naturais, podendo ocorrer também em áreas urbanas (como por exemplo, uma rocha em meio ao perímetro urbano). Porém, Buckley (2006) afirma que as pessoas provavelmente gostariam de viajar para ver belezas cênicas, como por exemplo, vulcões, gêiseres, cavernas, glaciares, entre outros. Entretanto, Newsome; Dowling (2006) afirmam que:

Para muitas pessoas, as rochas não despertam a mesma atenção que uma floresta ou animais, em virtude do movimento, coloração, sons e interação. Isso faz com que o desafio de tornar as rochas um elemento que desperte a atenção do visitante seja ainda mais crítico no geoturismo.

Diferente do que muitas pessoas acreditam, as rochas podem ser um grande potencial turístico, como por exemplo, o Parque Estadual de Vila Velha, no Paraná, atrativo turístico consolidado, que possui uma rica diversidade de rochas que permite ao visitante a apreciação e a “brincadeira” de descobrir o que as formas das rochas o lembram.

Esta brincadeira faz parte da integração com o meio e aproxima ainda mais o visitante da área visita. Também auxilia como interpretação e educação ambiental, visto que incentiva o visitante a conhecer e cuidar mais do local, principalmente pelo fato dos turistas não conhecerem muito a geologia.

Segundo Hose (2000) o praticante do geoturismo pode ser dividido em:

- Geoturista Dedicado: estes estão sempre interagindo com o geoturismo, visitando exposições, sítios geológicos, indo a palestras, etc. Sempre com o intuito educativo, buscando aprender mais e se especializar.
- Geoturista Casual: não são especialistas no assunto, buscam o segmento como forma de descontração. Quando estão em parques deste tipo, procuram aproveitar a paisagem exótica.

O geoturismo é um segmento que como todos os outros dentro do ambiente natural, necessita de planejamento para que se desenvolva de forma sustentável. Possui um grande potencial ainda a ser descoberto por parte dos visitantes.

2.4 TURISMO RURAL

Não se sabe ao certo sobre o surgimento da atividade turística no meio rural, mas sabe-se que, em meados do século XX, o Turismo Rural desencadeou como atividade econômica primeira na Europa e nos Estados Unidos. Na década de 1980, o Turismo Rural surgiu na América do Sul e em 1990, Japão, África e Oceania. Segundo Mara Flora (2003, p. 03) a atividade:

É capaz de promover a sociabilidade, a integração entre o rural e o urbano e a transformação socioeconômica, contribuindo para aliviar a pobreza no campo, sem descaracterizar a paisagem e a identidade da população local, o Turismo Rural passa a ser enaltecido em estudos e pelos governos.

Trata-se de uma atividade que oferece alojamento, alimentação e atividades recreativas e que esteja no meio rural. Além de possibilitar um contato com a população local, sua cultura, etc. Está ligado diretamente com a paisagem, os rios, os campos, a natureza em geral e o modo como se vive a população local. Tudo isso desperta desejo de conhecimento ao turista.

Na União Europeia, a criação de um programa de desenvolvimento rural em 1991, Programa LEADER - Ligações entre as Ações de Desenvolvimento Rural (é um programa cujos fundos são administrados pelos respectivos Ministérios da Agricultura dos países membros), fez com que muitos países implementassem políticas públicas de apoio ao Turismo Rural e à outras atividades que não tivessem caráter agrícola e que fossem capazes de revitalizar os territórios rurais. No Brasil, esta atividade começou em Santa Catarina, na cidade de Lages, em 1986, onde as primeiras propriedades rurais foram abertas para visitaçã, criando assim, uma nova segmentaçã turística.

Muitos moradores urbanos viajam com o intuito de reencontrar suas raízes, interagir com a comunidade local, participar de suas festas tradicionais, desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades, conhecer o patrimônio histórico e natural no meio rural, conviver com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produçã das populações do interior, vivenciar novas experiências, buscar novos conhecimentos, saberes, descansar física e mentalmente, fugir da rotina da vida urbana e adquirir produtos típicos. Isso somado à necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, pode explicar o crescimento do segmento de Turismo Rural no Brasil.

A literatura aponta uma grande diversidade de conceitos de turismo rural que, tentam traduzir suas diferentes possibilidades. Há confusões, por exemplo quanto ao termo 'turismo verde' usado indistintamente como sinônimo de 'turismo rural' ou de 'ecoturismo' (Tulik, 1997).

O Turismo Rural pode ser visto também como uma alternativa de "desligar" as novas gerações, não como uma forma de não informação, mas afastando, principalmente as crianças e adolescentes, da tecnologia e trazendo-as para o meio natural, para que estas possam conhecer e desfrutar da natureza como faziam as gerações passadas.

3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC's)

A demanda pelas áreas naturais tem crescido consideravelmente, principalmente por parte das populações urbanas, que vêm buscando mais contato com a natureza (BOO, 1992; TAKAHASHI, 1998). A cidade apesar de trazer conforto, acaba por desgastar o ser humano por seu constante dinamismo. A natureza também pode ser considerada um conforto ao homem, por isso, deve ser resguardada.

O turismo nas áreas naturais vem não somente para o lazer, mas também, pode ser usado como meio de educação ambiental em lugares devidamente protegidos: as Unidades de Conservação (UC). Mas como surgiram essas Unidades de Conservação e o que realmente elas são? Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA):

As unidades de conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.

Em meados do século XIX que estas áreas foram realmente tomadas para proteção fundamentadas para utilização da população (MILANO, 2001, p. 10). Neste contexto foi criada a primeira Unidade de Conservação, o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. No Brasil a primeira Unidade de Conservação a ser criada veio sessenta e cinco anos depois, o Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro, em 1937.

Apesar de atualmente haver um consenso quanto ao propósito das Unidades de Conservação, os objetivos originais dos parques e reservas eram múltiplos e complexos, e, muitas vezes, distantes da orientação universal para a conservação da natureza. Não se trata de uma prerrogativa brasileira, o próprio Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, considerado o primeiro parque nacional do mundo (1872), teve como objetivo principal o turismo em torno de seus gêiseres, quedas d'água e canyons (BARRETTO FILHO, 2001).

Em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das unidades de

conservação federais, retirando do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA essa competência legal. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio define Unidade de Conservação de uma forma também muito similar:

Uma área que assegura o patrimônio natural e o modo de vida de povos e comunidades tradicionais, reconhecendo o espaço como um bem público que promove os processos ecológicos, resultando em serviços ecossistêmicos (água, clima, solo, etc) e permitindo a conservação das espécies.

Outra definição que segue a mesma linha é do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (art. 2º, I, da Lei Federal 9.985/2000), que nada mais é do que o conjunto de UC's devidamente selecionadas para atender aos objetivos da conservação, diz que as Unidades de Conservação são:

Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SNUC, 2000).

Para a criação de uma Unidade de Conservação, vários processos burocráticos devem ser seguidos para que tudo esteja conforme a lei. Isto às vezes, acaba por retardar ainda mais a proteção de uma área. Este processo primeiramente, diz respeito as condições do lugar.

O processo de criação de uma Unidade de Conservação começa quando há a intenção de proteger uma área, mesmo sem ainda ter começado os processos judiciais. Estes interesses, segundo Moraes (2000, p. 19), vêm por parte dos Objetivos Nacionais de Conservação da Natureza:

- Preservar a diversidade biológica
- Preservar, e ou, restaurar ecossistemas naturais, mantendo intacto para que haja uma evolução da natureza ou restaurar o que foi degradado para que se possa usufruir deste meio de forma consciente.
- Proteger espécies raras, endêmicas ou em perigo de extinção.
- Propiciar fluxo genético entre as unidades de conservação, para que haja um maior favorecimento de reprodução de fauna e flora.
- Preservar fauna e flora

- Manejar recursos de fauna e flora, desde sua utilização do homem, como para a manutenção das espécies.
- Proteger paisagens e belezas cênicas, paisagens que harmonizam o homem com o seu ambiente.
- Proteger sítios naturais com características abióticas excepcionais.
- Proteger bacias e recursos hídricos, para haja sempre a valorização da água como fonte imprescindível para o homem.
- Propiciar estudos sobre estas áreas, pois estes, contribuem para haja melhorias na educação ambiental.
- Propiciar educação ambiental, sempre interagindo o meio com a comunidade e mostrando o valor de sua proteção.
- Contribuir para um bom monitoramento ambiental
- Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais
- Estimular o desenvolvimento da região através da conservação, como muito se faz no turismo de base comunitária.

O processo de criação também parte de um interesse e manifestação da sociedade civil, comunidade científica e/ou órgãos públicos de proteger o patrimônio natural. Depois de demonstrado esse interesse cabe ao ICMBio analisar a área para determinar qual categoria é mais adequada para o local, e então dar início a criação da UC. (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio).

Junto com esta análise são feitos também saídas de campo para estudar a área, para averiguar se existem ou não comunidades viventes no local e como se comportam, bem como sua relação com o meio. Também é verificado o uso e ocupação desta área e como este procede. Depois desta etapa de estudos e análises, chamada de Etapa Consultiva, é elaborado a proposta da Unidade de Conservação. (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio).

São realizadas também consultas públicas, onde são feitas reuniões abertas ao público para discutir a proposta de criação da UC. Estas reuniões são importantes para mostrar aos atores sociais locais as devidas propostas, bem como, saber dela uma opinião referente ao patrimônio natural. Assim, o

ICMBio, reúne e análise as informações e elabora proposta final de limites e categoria para a Unidade de Conservação. A proposta segue então ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, onde são realizadas análises técnicas e jurídicas complementares. (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio).

Depois de todas estas etapas, a proposta é encaminhada ao presidente da República, juntamente com todos os documentos do processo. A Unidade de Conservação só é efetivamente criada após a assinatura e publicação no Diário Oficial da União do respectivo Decreto pelo Presidente da República. (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio).

Algumas unidades ainda passam por desapropriação, onde há a necessidade de indenização dos atuais donos das terras onde está localizada a unidade. Isso acaba gerando muitos transtornos devido a donos de terra que não querem ser desapropriados.

Para facilitar a administração e manejo, foi necessária uma divisão das UC's. Esta divisão serve para especificar cada unidade e o porquê da sua existência. O Ministério do Meio Ambiente - MMA divide as Unidades de Conservação em:

- Unidades de proteção integral
- Unidades de uso sustentável

Estas duas divisões podem ainda ser subdivididas para aprimorar e especificar os determinados cuidados com a área, como mostra o quadro 4 e 5, que são uma adaptação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, juntamente com outros autores.

QUADRO 4 – Subdivisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral

GRUPO	OBJETIVOS	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL	Nelas a exploração ou aproveitamento dos recursos naturais são restringidos. Existem para conservar a natureza, através da preservação dos seus ecossistemas.	Estação Ecológica (EE)	Preservar a natureza e realizar pesquisas científicas.
		Reserva Biológica (REBIO)	Preservar o bioma e demais atributos naturais.
		Parque Nacional (PARNA)	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, pesquisa científica, atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico.
		Monumento Natural (MN)	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
		Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	Proteção de ambientes, proporcionando condições para a sua existência.

Fonte: Adaptado do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

QUADRO 5 – Subdivisão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

(continua)

GRUPO	OBJETIVOS	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	Nelas a exploração ou aproveitamento econômico direto são permitidos, desde que sejam de forma planejada. Seu objetivo básico é a compatibilização da conservação com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais	Área de Proteção Ambiental (APA)	Protege a diversidade biológica, disciplina o processo de ocupação e assegura sua sustentabilidade.
		Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Manter ecossistemas naturais e regular o uso dessas áreas.
		Floresta Nacional (Flona)	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, com ênfase em métodos em exploração sustentável de florestais nativas.
		Reserva de Fauna (RF)	Áreas naturais com fauna nativa,

QUADRO 5 - Subdivisão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

(conclusão)

			adequadas para estudo científico sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência se baseia na exploração dos recursos naturais.
		Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Área particular que conserva a diversidade biológica. Pesquisa científica, visitação com fins turísticos, educativos e recreacionais.

Fonte: Adaptado do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

3.1 PARQUES NACIONAIS

Dentre as categorias de Unidades de Conservação estão os Parques Nacionais, que estão destinados à conservação e proteção dos recursos

naturais e culturais de uma determinada área, sendo utilizados também para a visitação e a realização de pesquisas científicas. Segundo Filho (2000, p. 196) parques nacionais são:

Área de extensão variável, de terra ou de água, que contem formações ou paisagens de significado nacional, onde espécies, vegetais ou animais, sítios geomorfológicos e habitats são de grande interesse científico, educacional e recreativo. A excepcionalidade que justifica a conservação reside em aspectos geológicos, hídricos, na flora, na fauna, etc. – fatores que devem ser considerados isoladamente ou em conjunto.

O primeiro Parque Nacional no Brasil foi o parque nacional de Itatiaia, em 1937, entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A visitação sob controle é permitida, com algumas regras às atividades culturais, educativas e recreativas. (MORAES, 2000, p. 33)

Os Parques Nacionais são administrados pelo ICMBio e no Brasil, são divididos em três categorias: estaduais, municipais e federais. Eles têm como objetivo conservar e proteger os recursos naturais e culturais de uma determinada área, sendo utilizados também para a visitação e a realização de pesquisas científicas. Conforme o regulamento do Congresso Nacional sobre Unidades de Conservação (2000), parque nacional:

É uma área que possua algum ecossistema ainda não alterado pelo homem. Onde a mais alta autoridade tenha tomado medidas para impedir ou eliminar as causas da degradação do meio e também, onde a visitação é autorizada sob devido cuidado.

De todos os tipos de unidades de conservação citadas acima, os parques nacionais são os mais procurados, devido à dimensão territorial que a grande maioria tem, e também, a sua vasta beleza cênica com rica diversidade. Como o objetivo principal dos parques nacionais é a preservação dos seus ecossistemas naturais, seu maior propósito é permitir a evolução da natureza, mesmo com a circulação de visitantes. (SEABRA, 2001, p. 39)

Por isso, o Regulamento de Parques Nacionais exige que em um período de cinco anos após a criação de um parque, deve ser elaborado seu plano de manejo, onde deve constar a sua delimitação e formas de uso público

detalhadas para dentro outros setores, a atividade turística. (SEABRA, 2001, p. 40).

Mas mesmo com várias leis de proteção a realidade nem sempre é a esperada. Como a maioria das unidades de conservação dependem da administração pública, nem sempre a proteção desses ecossistemas é garantida. Ambientalistas e outros órgãos lutam para salvar muitas unidades que ainda sofrem com o desmatamento, entre outros casos.

Entre os 43 parques nacionais existentes no Brasil, passando por problemas jurídicos com relação a sua desapropriação, o parque que será trabalhado é o Parque Nacional dos Campos Gerais – PNCG, situado no Paraná.

3.2 PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS

Antes de iniciar o processo para criação do parque, foi realizado um estudo sobre o Bioma Mata Atlântica e a Floresta Ombrófila Mista que faz parte deste bioma. Era necessário provar a importância desse bioma brasileiro para poder justificar a necessidade de sua proteção.

Em março de 2006, o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o IBAMA, objetivando proteger os remanescentes do Bioma Mata Atlântica, composto por Floresta Ombrófila Mista e a estepe associada, criaram no estado do Paraná, o Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG). Logo quando a ação foi feita, com pelo menos trinta anos de atraso, o que restou da área para a proteção almejada eram poucos, visto a grande atividade agrosilvipastoril que existe na região.

A criação do parque obteve resistência perante os proprietários de terras, visto que estes não queriam a desapropriação, pois às utilizavam para a agricultura. Segundo o ICMBio (2012, p. 4) o parque possui inadequações, pois algumas áreas são utilizadas para atividades econômicas agropecuárias, o que não condiz com a categoria de parque nacional. Por isso não foi fácil – e ainda não é - abdicar o local como UC e elaborar um plano de manejo.

Na época não havia um detalhamento com relação as Unidades de Conservação que hoje estão na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dando chance assim, a argumentos de opositores do parque.

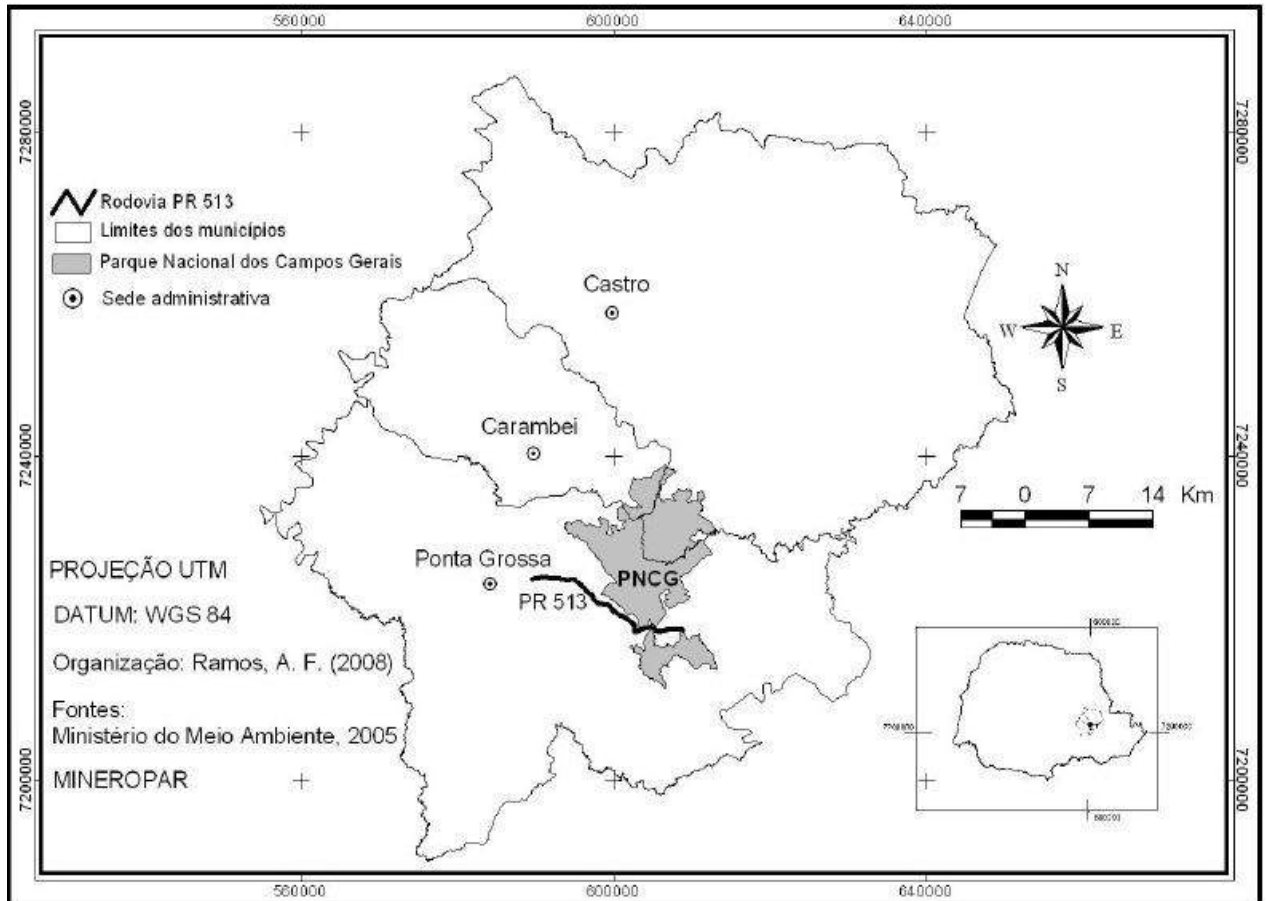
O Parque Nacional dos Campos Gerais foi criado no dia 23 de março de 2006. Ele está situado no estado do Paraná e seus limites alcançam parte do município de Ponta Grossa, Carambeí e Castro (figura 1). Segundo o ICMBio (2012, p. 03) a região foi abdicada em função dos seus elevados atributos cênicos de campos com capões, incluindo cachoeiras, furnas e também espécies endêmicas.

O Parque Nacional dos Campos Gerais está localizado próximo a unidade do campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a 120 km da capital Curitiba. Antes de a área ser decretada parque nacional já havia utilização para atividade turística no local, já de forma desregulada, sem implementação da capacidade de carga, falta de infraestrutura, entre outros problemas. Não que estes problemas tenham sido solucionados, pois como foi citado acima, ainda não ocorreu completa desapropriação, sendo assim, não pertence totalmente ao governo, o que acarreta na impossibilidade de sua intervenção para melhorias no parque.

A localização estratégica do Parque possibilita a conexão entre outras unidades de conservação existentes na região, como o Parque Estadual de Vila Velha e a APA da Escarpa Devoniana. A região dos campos gerais, onde o parque se encontra, situa-se no leste do Segundo Planalto Paranaense na escarpa devoniana. Devido a isto, pode-se observar *canyons*, trechos de rios encaixados, cachoeiras, corredeiras, etc. (Melo *et al*, 2007, p. 50).

A região possui vegetação denominada como floresta ombrófila, recoberta com plantas herbáceas, além de algumas espécies endêmicas como já citado, como por exemplo, os cactos-bola (*Echinocactus grusonii*). Podem-se encontrar ainda, animais como a anta (*Tapirus terrestris*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), gralhas (*Cyanocorax caeruleus*), quati (*Nasua nasua*), entre outros (ECOSSISTEMAS PARANAENSE, 2010).

Figura número 1: Mapa Parque Nacional dos Campos Gerais.



Fonte: MMA e MINEROPAR

A flora é visivelmente apreciada pelos visitantes, já que pode ser vista mais facilmente. Já a fauna, por ser na sua grande maioria atividade noturna, não pode ser observada com tanta facilidade assim, com exceção das aves e insetos. Porém, eles estão ali e podem ser identificados pelos vestígios que deixam como pegadas e fezes.

Então, um meio interpretativo sobre a fauna presente no parque, é um meio de mostrar ao visitante um pouco sobre a diversidade do parque, que muitas vezes acaba passando despercebida. Um meio interpretativo pode

acarretar em uma possível sensibilização quanto à preservação, e espera-se que este guia de campo possa ser utilizado futuramente também para este fim.

3.2.2 Atrativos Turísticos do PNCG

A região dos Campos Gerais possui diferentes riquezas naturais, possibilitando que segmentos distintos do turismo sejam realizados. Na cidade de Ponta Grossa é possível encontrar atrativos naturais dentro da área do Parque Nacional dos Campos Gerais. Esses atrativos possuem um amplo público, tanto turistas como a própria comunidade procuram esses locais como espaço de lazer e pesquisa.

Como o Parque ainda não foi implementado, em alguns lugares cobra-se uma taxa de visitação para a entrada, porém, não possui uma infraestrutura adequada para receber a atividade turística. Mesmo com esse problema, a procura por esses atrativos é alta, o que acaba ocasionando em impactos negativos para as localidades.

3.2.2.1 Buraco Do Padre

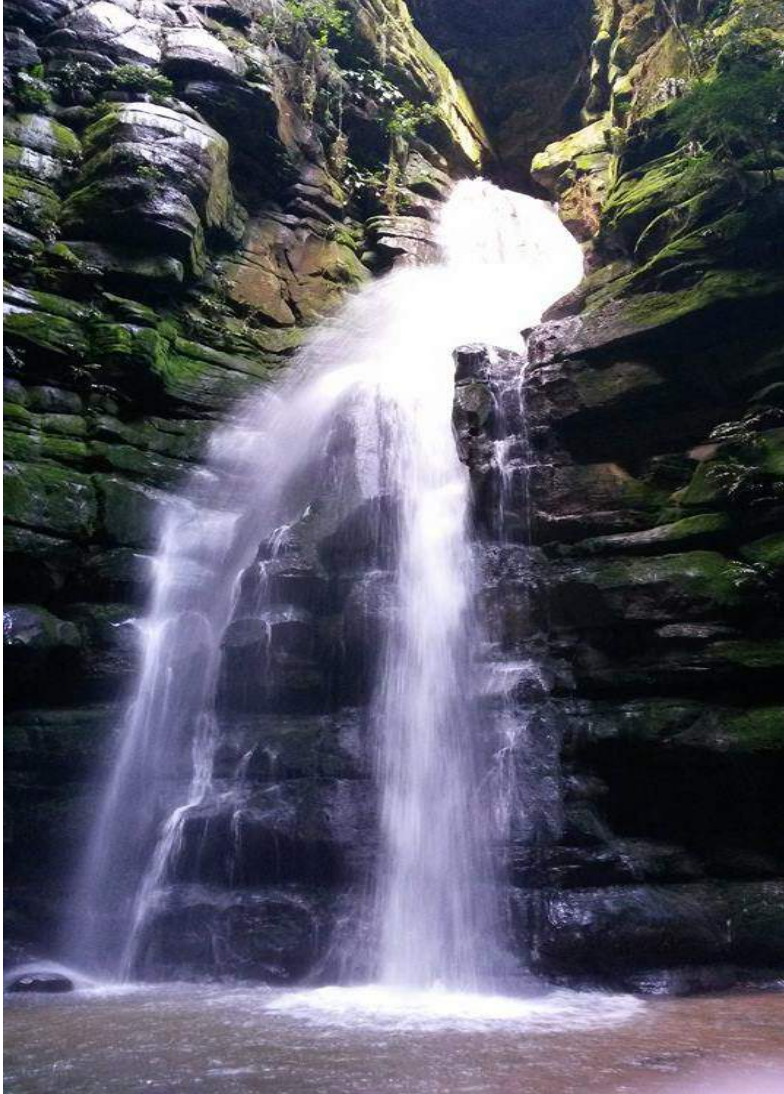
Dentre os atrativos do Parque encontram-se o Buraco do Padre (figura 2 e 3), situado a aproximadamente 26 km de distância do centro da cidade de Ponta Grossa, sendo 16 km em estrada pavimentada e 6 km de estrada sem pavimento. O acesso ao atrativo se dá pela PR 513, na Rodovia do Talco.

O Buraco do Padre é uma furna de 43m de altura e 30 m de diâmetro que abriga no seu interior uma cascata de aproximadamente 30 metros de altura, afluente do Rio Quebra Perna.

O nome desse atrativo está relacionado à história de jesuítas que passaram pelo local. Antigamente, o local era utilizado pelos padres jesuítas que se deslocavam até o platô para concentração, descanso ou meditação. A trilha principal que leva ao atrativo é de aproximadamente 800 metros e é considerada como regular. Esse atrativo é um dos mais procurados na região,

pois ele apresenta uma beleza cênica rara, que chama atenção de turistas de diversas localidades pela sua formação geológica.

Figura número 2 – Buraco do Padre



Fonte: O Autor.

Figura número 3 – Buraco do Padre



Fonte: O Autor.

3.2.2.2 Capão da Onça

O Capão da Onça (figura 4), também inserido dentro do Parque, fica a aproximadamente 16 km do centro de Ponta Grossa, sendo apenas 1 km de estrada secundária. O local possui um balneário natural com cachoeiras e piscinas naturais que é visitado principalmente pela comunidade local.

Figura número 4- Capão da Onça



Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

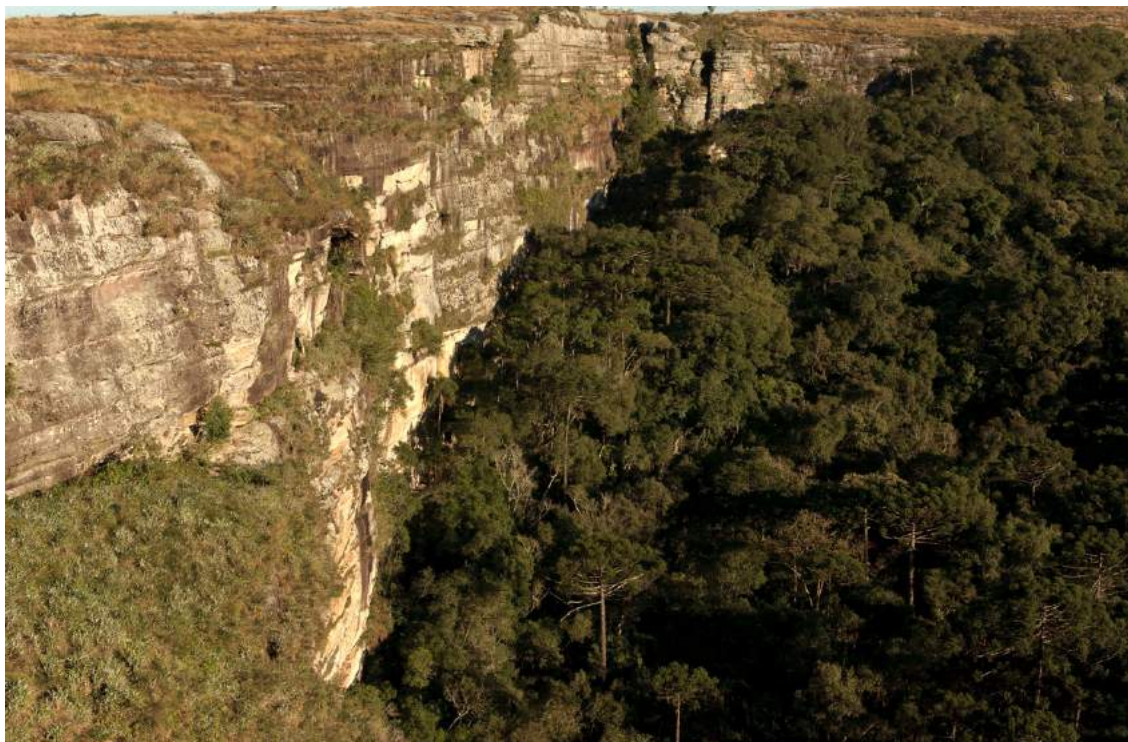
3.2.2.3 Furnas Gêmeas e Furna Grande

As Furnas Gêmeas e a Furna Grande (figura 5) estão localizadas a aproximadamente 19,3 km de distância do centro da cidade de Ponta Grossa, sendo 18,6 km em estrada pavimentada e 700m de estrada sem pavimento e a 1km do Passo do Pupo. Não existe nenhum tipo de sinalização indicando a localização das furnas e nem infraestrutura turística, o que acaba impedindo que muitas pessoas as encontrem e as conheçam.

Para chegar até o atrativo existe uma trilha de aproximadamente 250 metros a partir da entrada. As furnas gêmeas são formações rochosas que possuem vasta vegetação no seu interior, incluindo a presença de Floresta Ombrófila Mista, tendo aproximadamente de 40m a 70m de profundidade cada uma, com diâmetros semelhantes, por isso o nome “Furnas Gêmeas”. Elas são visitadas principalmente por pesquisadores e praticantes de atividades em áreas naturais, sendo possível a realização de caminhadas em seu entorno, observação da natureza e ainda a prática de rapel e escalada.

Ainda nesse espaço territorial, há a Furna Grande ou Dolina Grande (foto), que está a 1,5km das Furnas Gêmeas. Também possui uma grande beleza cênica com capões e a presença de Araucárias.

Figura número 5 - Furna Grande



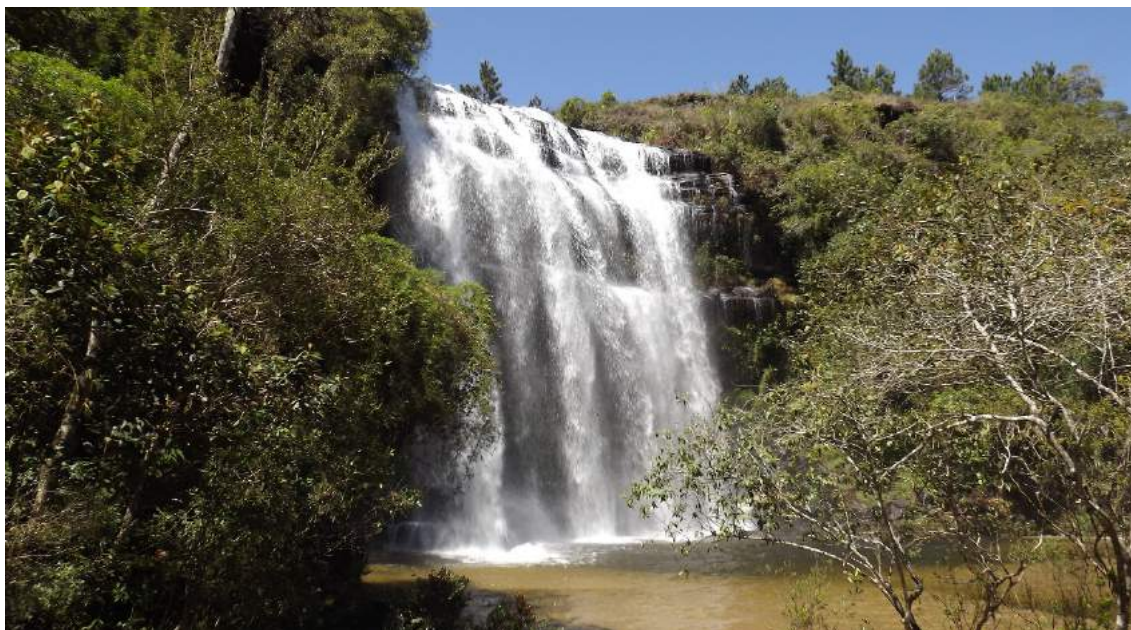
Fonte: Celso Margraf

3.2.2.4 Cachoeira da Mariquinha

Outro atrativo do parque é a Cachoeira da Mariquinha (figura 6), ela está localizada a aproximadamente 30 km de distância do centro de Ponta Grossa, o acesso ao local se dá pela Rodovia do Talco – PR 513. No Km 18.6, a partir do campus Uvaranas da UEPG, logo após o vilarejo do Passo do Pupo, deve-se virar à direita para uma estrada não pavimentada. Após percorrer 1,4 Km deve-se virar à direita em uma bifurcação e seguir pela mesma estrada por 12 km até chegar ao atrativo. Durante sua realização é possível observar formações de arenito e capões de mata nativa. A cachoeira possui cerca 30m de altura, onde na sua base forma-se uma piscina natural com bancos de areia fina. A profundidade da água pode chegar até 3 metros em alguns pontos específicos, por isso é necessária cautela dos visitantes para evitar acidentes. Esse atrativo além de propiciar uma atividade de lazer aos visitantes é

procurado também para caminhadas, observação da natureza, prática de rapel, escalada e ainda pesquisas científicas.

Figura número 6 - Cachoeira da Mariquinha



Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

3.2.2.5 Cachoeira do Rio São Jorge

A Cachoeira Santa Bárbara ou Cachoeira do Rio São Jorge (figura 7), está localizada a aproximadamente 15km do centro da cidade de Ponta Grossa, sendo 2km de via não pavimentada. O salto principal possui cerca de 30 metros de altura e ainda possui diversas quedas d'água formando cascatas e piscinas naturais. O local também recebe visitantes que utilizam a área de camping e os paredões para a prática do rapel e escalada. A infraestrutura disponibilizada para esses visitantes consiste em alguns bicos de luz, um sanitário masculino e outro feminino, chuveiros quentes e tomadas 110V e 220V.

Figura número 7 – Um dos saltos da Cachoeira do Rio São Jorge



Fonte: Portal das Cachoeiras

3.2.2.6 Ponte do Rio São Jorge

Vinculado a Cachoeira do Rio São Jorge, está a Ponte do Rio São Jorge (figura 8), local que apresenta alguns impactos ambientais decorrente da visitação desordenada. Assim como os outros atrativos do PNCG, a Ponte do Rio São Jorge necessita de cuidados na infraestrutura e supervisão de sua área, pois com a atividade turística sendo realizada de forma desordenada,

acarreta impactos ambientais significativos que prejudicam a conservação do local.

Figura número 8 - Área da Ponte do Rio São Jorge



Fonte: Ana C. Folmann

Diante de todas essas belezas, observa-se a falta de estrutura do parque e de meios interpretativos que facilitem o passeio do visitante, como placas indicando nomes de flores ou árvores, falando sobre as espécies da fauna existentes, folders que expliquem sobre o lugar, a distância, entre outros. Assim como em outros parques, este é um fator que deve ser trabalhado em unidades de conservação.

4. INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Pode-se dizer que a Interpretação de um patrimônio se deu, de modo informal, através de pessoas as quais obtinham um maior conhecimento de determinada área, e que assim levavam grupos para ter contato com a natureza. Estas pessoas conheciam muito bem o lugar, por isso, sabiam dos obstáculos e possíveis perigos que passariam.

No século XIX já havia parques norte-americanos legalmente protegidos pelos chamados Naturalistas, que segundo Morales (1989, p. 16), eram pessoas conhecedoras do meio natural e que já acompanhavam grupos de excursionistas por trilhas, passando a eles a boa energia de compartilhar da natureza. Eles possuíam este olhar mais atento, devido na maioria das vezes pela sua experiência, eles são hoje nossos guias de turismo.

Mills foi o primeiro a utilizar o termo de “interpretação”. Porém, foi em 1957, que Freeman Tilden formalizou os “princípios da interpretação, sendo também o primeiro a estabelecer sua conceituação. Ele definiu a Interpretação como:

Uma atividade educativa, que se propõe revelar significados e inter-relações por meio de uso de objetos originais, do contato direto com o recurso e de meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informação literal.

Pode-se dizer que a interpretação ambiental nasceu de uma “necessidade” de passar a linguagem ambiental para a linguagem comum das pessoas, de forma que as faça compreender o seu entorno (VASCONCELLOS, 1996, p. 465 - 477). Esta interpretação faz com que o visitante perceba o local com outros olhos, de uma maneira que talvez antes não fosse possível.

Tilden (1977, p. 117) ainda propõe conceitos diferentes: um que se aplica ao intérprete e o outro se refere ao contato que o intérprete terá com o público. O conceito para o intérprete, diz que “a interpretação é a revelação de uma grande verdade, que se esconde por detrás de uma manifestação simples”. Já a definição que diz respeito ao contato do intérprete com o público diz que “a interpretação deve capitalizar a simples curiosidade do visitante para o enriquecimento da sua mente e do seu espírito”.

Deve-se compreender que a interpretação é um elo de comunicação entre o visitante e a natureza, um instrumento facilitador. Ela por si só não pode ser entendida como educação ambiental, apesar de envolver atividades de sensibilização. Apesar dos diversos sinais o homem ainda não consegue captar tudo o que a natureza tem a dizer.

Sendo assim, Tilden (1977, p.) coloca a interpretação ambiental como sendo um “interlocutor” entre o homem e a natureza. O autor também coloca que o objetivo básico da Interpretação Ambiental é revelar os significados, relações ou fenômenos naturais por intermédio de experiências práticas e meios interpretativos, ao invés da simples comunicação de dados e fatos.

A interpretação ambiental inclui a tradução da linguagem técnica de uma ciência natural em ideias que as pessoas em geral, que não são técnicas, possam facilmente entender. Isto implica em fazê-la de forma que possa ser entendida e desperte interesse aos ouvintes (HAM, 1992, p.).

Segundo Vasconcellos (1998, p. 09), a interpretação ambiental segue padrões de métodos de aprendizagem experiencial, sequencial e a educação psicofísica:

Experiencial – é a educação ao ar livre, que visa o aprendizado sobre si mesmo e sobre o mundo. Envolve aspectos, físicos, emocionais, mentais, social e inerentes a natureza, envolvendo riscos.

Sequencial – é a estimulação da percepção da natureza de uma maneira paulatina. Desperta o entusiasmo, concentra a atenção, dirige a experiência e a compartilha.

Psicofísica – aborda a dimensão humana com práticas que levam à consciência, a laços efetivos, a sensibilização e criatividade. Emprega “técnicas que permitem a associação de valores e conceitos e a conexão com conteúdo pedagógico de diferentes áreas de conhecimento.”

A interpretação ambiental pode ser dividida para que possa ser melhor trabalhada, podendo assim atingir todo tipo de público. Segundo Moreira (2011,

p.), ela pode ser dividida em Meios Interpretativos Personalizados e Meios Interpretativos Não Personalizados.

4.1 MEIOS INTERPRETATIVOS PERSONALIZADOS

Englobam a interação entre o público e uma pessoa que seria o intérprete, possibilita comunicação, além do fato de que a mesma mensagem pode ser adaptada para diferentes públicos. Por isso, não se deve restringir a forma de guiar e passar as informações.

4.1.1 Trilhas Interpretativas Conduzidas

Segundo Lopes (*et al*, 2013) as trilhas guiadas são acompanhadas por um condutor (figura 9) que realiza um trabalho educativo no sentido de atuar como intérprete, proporcionando um contato pessoal, estando aberto para questionamentos pelo visitante, além de exercer um controle sobre o público com fins de evitar possíveis danos. Por outro lado, existe a questão da qualidade da visita com o condutor, pois, por muitas vezes este estar com um grupo grande, algumas informações podem não ser passadas ou não respondidas corretamente.

É importante que o condutor esteja devidamente capacitado, para isto cursos de Guia de Turismo são oferecidos – em Ponta Grossa no Colégio Estadual Professor Julio Theodorico -, para capacitar ainda mais os interessados neste trabalho. Com um condutor capacitado a visita torna-se mais rica e prazerosa.

Figura número 9 – Trilha da Fortaleza PEVV



Fonte: O Autor

4.1.2 Excursões e Roteiros Turísticos

Para excursões e roteiros turísticos é necessário que o atrativo tenha uma boa infraestrutura (figura 10) e potencial turístico a oferecer devido ao impacto financeiro que ele causa (MOREIRA, 2011, p. 86).

Para aumentar ainda mais a diversificação é interessante que a área visitante oferece vários tipos de roteiros para atender uma demanda maior. Eles devem ser elaborados visando também a atender as necessidades do grupo, como por exemplo, levando em consideração o número do grupo, sua faixa etária, entre outros.

Figura número 10 – Buraco do Padre



Fonte: O Autor

4.1.3 Palestras

Essas servem como uma forma complementar de meios interpretativos e podem ser elaborados tanto para o visitante como para a própria comunidade local. São na maioria das vezes, expostas de modo informal e descontraído, afim de orientar. Podem ser elaboradas como forma de vídeo (HAM, 1992)

4.2 MEIOS INTERPRETATIVOS NÃO PERSONALIZADOS

São aqueles que não utilizam diretamente pessoas (ou intérpretes), apenas objetos ou aparatos. Segundo Lopes (*et al*, 2013) as trilhas autoguiadas são aquelas que não exigem o acompanhamento de um condutor, mas com o apoio de meios não personalizados - como painéis interpretativos e materiais impressos.

4.2.1 Trilhas autoguiadas

Esse tipo de trilha (figura 11) tem como vantagem a possibilidade de atender a um número maior de visitantes, disponibilizar informações permanentes e dar maior autonomia na escolha e horário de visitação. Contudo, para que ela seja implantada, é fundamental ter uma boa recepção ao visitante, com o fornecimento de informações quanto à conduta dentro da área protegida, às características da trilha e às normas de uso e segurança.

Figura número 11 – Trilha do Parque Estadual de Vila Velha



Fonte: O Autor

4.2.2 Painéis Interpretativos

Os painéis interpretativos são os mais usados em Unidades de Conservação, estão sempre ao entorno do parque e visualmente os painéis retangulares na horizontal são mais bonitos (MOREIRA, 2011, p. 94).

Alguns autores como Vasconcellos (2003, p.), afirmam que para a melhor efetividade, os painéis interpretativos não devem possuir cores fortes e que a forma e o tamanho da letra, devem ser bem analisados, pois, causam um impacto visual muito grande, além de facilitar a memorização.

Porém, o painel da figura abaixo, localizada no Buraco do Padre, usa cores fortes, mesmo sendo no tom verde (figura 12). Apesar de ser um painel muito chamativo e que com certeza, despertaria o olhar do turista, deve-se pensar no impacto que este causaria nos animais do parque.

Figura número 12 – Painel Interpretativo no Buraco do Padre



Fonte: Página do Buraco do Padre.

4.2.3 Material Audiovisual

Este é um tipo de interpretação muito eficaz, pois, passa aos visitantes as informações sobre o atrativo. Um exemplo de material audiovisual é o Parque Estadual de Vila Velha, que oferece aos turistas no centro de visitantes, um vídeo explicativo antes que estes conheçam o parque. Ele permite que os visitantes saiam de lá com algumas informações, curiosidades e regras do parque, antes de começarem a trilha.

Segundo Moreira (2009, p. 107), os materiais audiovisuais também podem ser elaborados com diversos eixos temáticos e postos à venda no local para os visitantes.

4.2.4 Guias Portáteis

Os Guias Portáteis são um meio de interpretação para ser usado diretamente no campo, assim como os guias de som para veículos, pontos específicos e repetidores de mensagens. Em alguns casos, existem interpretação via telefone, onde o visitante liga para uma central e pode ouvir textos informativos sobre o local. (MOREIRA, 2009, p. 108 - 109)

4.2.5 Website

A internet é hoje uma ferramenta muito usada e também, muito eficaz na hora de divulgar um destino turístico. Apesar de não constar como um meio de interpretação ambiental, ela é frequentemente usada para planejar uma viagem. (MOREIRA, 2009, p. 110)

4.2.6 Jogos e Atividades Lúdicas

Como sabe-se a educação ambiental auxilia na hora da interpretação, e vice-versa. Os jogos e atividades lúdicas são uma boa forma de alcançar a

sensibilização ambiental com crianças e adultos. Segundo Moreira (2009, p. 111):

Os jogos e atividades lúdicas podem ser realizados em unidades de conservação, em casa ou na escola. Entre as diversas atribuições que o jogo pode ter, está o fato de que ajudam a desenvolver um sentido de observação, um estímulo da criatividade e a oportunidade de aprender brincando.

Tendo como foco o PNCG, podemos citar como exemplo dessa atividade um jogo (figura 13) elaborado por Andressa Stefany Teles, que tinha como objetivo envolver as crianças e ensina-las mais sobre o parque, bem como a importância de sua proteção

Figura número 13 – Aula sobre educação ambiental



Fonte: O Autor

4.2.7 Museus e Exposições em centro de Visitantes

Museus e exposições não se restringem somente a cidade, eles podem ser vistos também em unidades de conservação, agregando valor ao parque, como por exemplo, o Parque Estadual de Vila Velha, que possui um espaço para exposição de fotos e pinturas relacionadas ao parque e aos Campos Gerais (figura 14).

Figura número 14 – Exposição da fauna dos Campos Gerais com material reciclado.



Fonte: O Autor

4.2.8 Material Impresso

Este meio de interpretação é muito usado dentro do *trade* turístico, seja por hotéis, agências ou mesmo em Unidades de Conservação.

4.2.8.1 Folders

Os Folders (figura 15) segundo Moreira (2009, p. 104) são um meio de divulgação do parque, e podem ser uma opção de meio interpretativo gratuito, levando mais informações sobre o local visitado.

Figura número 15 – Folder do Parque Nacional do Iguazú



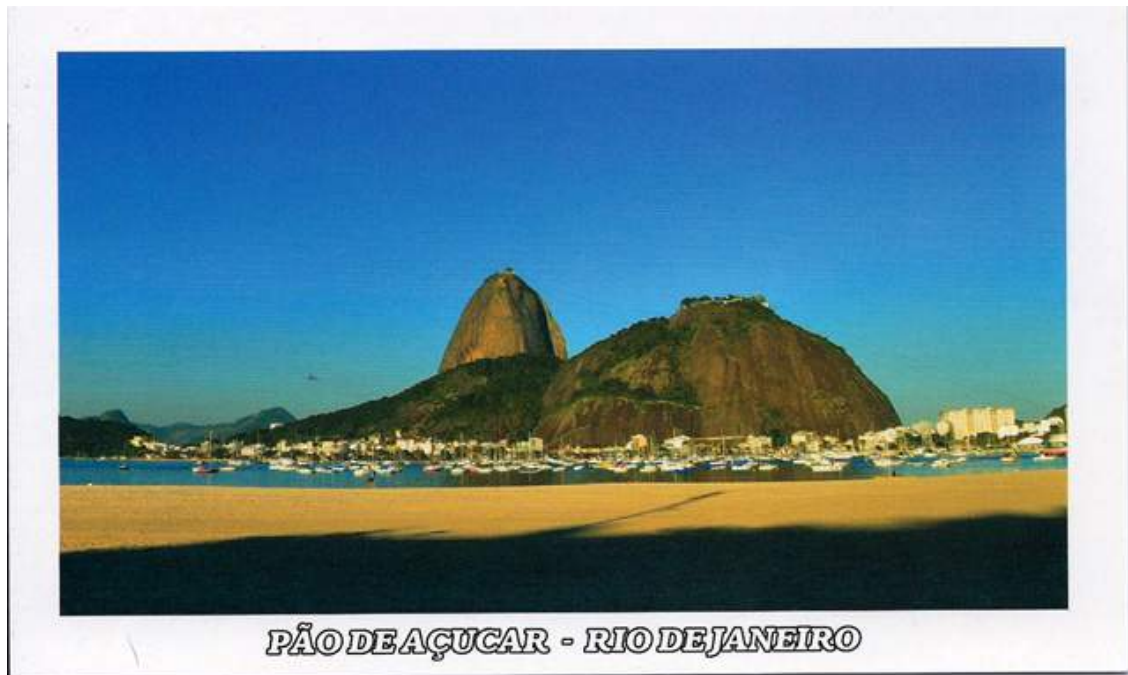
Fonte: JTorres

4.2.8.2 Cartão Postal

Os cartões postais foram muito utilizados a tempos atrás, hoje não se veem com tanta frequência, mas ainda são muito utilizado. Normalmente, são comprados pelos visitantes com o intuito de presentear alguém, como forma de “incentivar” a pessoa a conhecer o lugar.

São lembranças que contém uma imagem que mais caracteriza o local visitado, por exemplo, um cartão postal do Rio de Janeiro tem como imagem o Cristo ou o Pão de Açúcar (figura 16).

Figura número 16 – Cartão postal do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro - RJ



Fonte: Travel Forever

4.2.8.3 Guia de Campo

O Guia de Campo é muito utilizado em vários lugares do mundo. É uma forma de passar ao visitante informações diversas sobre o local visitado, como por exemplo, informações sobre a fauna de uma unidade de conservação, que é o caso deste trabalho. O guia de campo pode expor somente imagens, como também, imagens e explicações mais detalhadas.

O exemplo de guia de campo de Bonito e Serra da Bodoquena (figura 17), é o modelo que inspirou o guia de campo apresentado neste trabalho.

Figura número 17 – Guia de campo dos Mamíferos de Bonito & Serra Bodoquena



Fonte: Daniel de Granville.

Deve-se, no entanto, após distinguir todas essas opções de meios interpretativos, compreender a diferença entre a Interpretação Ambiental e a Educação Ambiental. A Interpretação Ambiental como já visto, é a passagem da linguagem ambiental para a linguagem comum das pessoas, já a educação ambiental toma outros aspectos. Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9795/1999, Art 1º, compreende-se por Educação Ambiental:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru (1976) afirma que:

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação.

Este processo de educação ambiental é contínuo, pois, envolve várias gerações da sociedade e embora uma geração tenha consciência da sustentabilidade, se faz necessário um novo “manejo” da geração que está por vir. Sem dúvida é de suma importância que as gerações sempre estejam repassando este aprendizado para que haja uma sensibilização perante o meio ambiente.

Brandão (1997), diz que uma parte densa e intensa de tudo que precisa ser feito tem uma vocação exatamente pedagógica. Não porque deva ser ensinada de um para os outros, nas escolas, mas porque deva estar permanentemente sendo trocada entre todos, dentro e fora do âmbito da escola, em todos os lugares e em todos os momentos. Um dos objetivos da educação ambiental segundo Vasconcellos (1998) é restabelecer a “ligação” das pessoas com seu ambiente, seja este natural ou construído.

A interpretação ambiental e a educação ambiental se completam, visto que uma ajuda a outra. A fauna é um tema muito utilizado para cativar e chamar a atenção do público, por ser um assunto relativamente interessante a todos. Pensando nisso, o guia que será o resultado final deste trabalho, é um meio interpretativo referente a fauna e, embora não possa ser posto em prática ou comercializado devido a situação burocrática do parque, ficará como uma “possibilidade” para o seu futuro plano de manejo.

5. RESULTADOS: GUIA DE CAMPO

Com base na pesquisa elaborada referente à interpretação ambiental em unidades de conservação, foi estabelecido o tema “fauna” e escolhido como estudo o Parque Nacional dos Campos Gerais – PNCG. O parque foi escolhido por estar dentro da cidade de Ponta Grossa, e por ser objeto de estudo devido a sua beleza ímpar de ecossistemas.

Foi elaborada uma proposta de guia de campo referente à fauna do parque. Os animais que farão parte do guia foram escolhidos por popularidade por parte dos moradores ou por estarem ameaçados de extinção, com base no trabalho de “Inventário da Mastofauna não Voadora do Parque Nacional dos Campos Gerais, PR” (Fré, 2011) e os livros do Instituto Ambiental do Paraná – IAP “Fauna em Extinção” (2007) e “Bichos do Paraná” (2009). Também foram utilizados como embasamento teórico, trabalhos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Como o Parque Nacional dos Campos Gerais – PNCG ainda não possui plano de manejo, pois ainda não foi totalmente implementado devido as desapropriações, o guia que será elaborado serve como uma proposta ao futuro plano de manejo do parque.

O guia será elaborado no papel “*couchê* 250g” e terá as proporções de 20x11,5 cm. As cores predominantes será o pastel com textura, puxando mais para o amarelo. A sua capa abrangerá sobre o parque (figura 18) e nas folhas seguintes sobre os principais animais do PNCG (figura 19).

Figura número 18 – Capa Guia de Campo Fauna do Parque Nacional dos Campos Gerais



Fonte: O Autor

Figura número 19 – Animais Guia de Campo Fauna do Parque Nacional dos Campos Gerais



Fonte: O Autor

As informações sobre os animais serão dispostas em formato de “desenhos e legendas”, seguindo o modelo do guia de campo dos “Mamíferos de Bonito & Serra Bodoquena” e na última página estará a legenda para todos os desenhos expostos no guia de campo. A princípio foram selecionados vinte e cinco animais para compor o guia de campo, são eles:

1 - Cachorro do Mato (*Cerdocyon thous*): uma espécie de cão silvestre (figura 20) que mede de 60 a 75 centímetros e pesa de três a cinco quilos. Possui pernas, rabo e focinho pequenos e sua pelagem é pardo-escura. Gosta muito de água, por isso, está sempre perto de rios. Sua alimentação é basicamente carnívora.

Figura número 20 – Cachorro do Mato



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná – IAP

2 - Jararaca (*Bothrops jararaca*): a Jararaca é uma serpente peçonhenta (figura 21) de 1,2 metros de comprimento, possui um corpo marrom com manchas triangulares, seu veneno é altamente perigoso. Esta serpente tem hábitos noturnos e se alimenta de pequenos roedores, principalmente de ratos.

Figura número 21 - Jararaca



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná – IAP

3 - Queixada (*Tayassu pecari*): a Queixada (figura 22) possui uma cabeça grande e curta, seu focinho é alongado e móvel. Seu peso varia entre 25 a 40 quilos. Tem suas atividades durante o dia, mas no verão espera o sol baixar para se alimentar. Se alimenta de frutos, folhas, fungos e pequenos vertebrados.

Figura número 22 - Queixada



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

4 - Cateto (*Pecari tajacu*): o cateto se diferencia da queixada no tamanho (figura 23), pesa de 18 a 30 quilos. Suas atividades se dão durante o dia e a noite também. Se alimenta de sementes, frutos de palmeiras e diversos produtos vegetais, como folhas, raízes e tubérculos.

Figura número 23 - Cateto



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

5 - Paca (*Agouti paca*): a Paca (figura 24) mede de 62 a 70 centímetros e pesa de seis a 13 quilos. Sua pelagem é mais longa e áspera na região dorsal, com listras claras sobre um fundo que varia de castanho-acinzentado a cinza-escuro. Alimenta-se de folhas e frutos.

Figura número 24 - Paca



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

6 - Veado Campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*): o Veado Campeiro (figura 25) mede entre 1,20 a 1,50 metro de comprimento e pode pesar até quarenta quilos. O que o diferencia das demais espécies de cervídeos são os pelos brancos em volta dos olhos, no interior das orelhas, na parte inferior do corpo e da cauda. Tem hábitos diurnos e noturnos e alimenta-se de flores, folhas, gomos e arbustos.

Figura número 25 – Veado Campeiro



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná – IAP

7 - Veado Catingueiro (*Mazama gouazoubira*): ao contrário do Veado Campeiro, este (figura 26) mede entre 97 centímetros a 1,40 metros de comprimento e pode chegar a 23 quilos. Possui uma coloração marrom-acinzentada e apenas o macho possui chifres. Possui hábitos diurnos e se alimenta de gramíneas, frutas e flores.

Figura número 26 – Veado Catingueiro



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

8 - Gralhão (*Daptrius americanus*): O Gralhão (figura 27), pode chegar a 61 centímetros de comprimento pesar em torno de 600 gramas, os machos são menores que as fêmeas. Normalmente sua plumagem é preta. Alimenta-se de ovos e larvas de vespas e abelhas, ovos de tartarugas e frutos.

Figura número 27 - Gralhão



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

9 - Tamanduá Bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*): esta é a maior espécie do grupo de tamanduás (figura 28), com cerca de 1,5 metro de comprimento e 39 quilos. Possui pelos compridos, não possui dentes mais sua língua é muito comprida e suas unhas fortes. Tem hábitos noturno e diurno, dependendo do seu apetite, alimenta-se basicamente de insetos e formigas.

Figura número 28 – Tamanduá Bandeira



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

10 - Capivara (*Hydrochoerus hydrochoeris*): medindo 1,30 metros de comprimento e pesando 80 quilos, é o maior roedor do mundo (figura 29). Seu corpo é coberto por uma camada de gordura o que permite que ela possa permanecer muitas horas dentro da água. Alimenta-se de grãos e plantas.

Figura número 29 - Capivara



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

11 - Javali (*Sus scrofa scrofa*): é um porco selvagem (figura 30) de aproximadamente 1,30m de comprimento, pesando cerca de 130 quilos. Quando chega a idade adulta, possui presas afiadas que saem do canto da boca. É um animal onívoro e possui hábitos noturnos. Esta não é uma espécie nativa e por estar competindo com outros animais, como por exemplo, o cateto, preocupa já que acaba prejudicando na hora da caça, no espaço, etc.

Figura número 30 - Javali



Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

12 - Gralha- azul (*Cyanocorax caeruleus*): esta é a ave símbolo do estado do Paraná. A Gralha-azul (figura 31) mede cerca de 40 centímetros e pesa entre 180 a 260 gramas, se destaca por sua coloração azul. Sua alimentação se baseia e sementes e insetos e, às vezes, ataca ninhos de outras aves para se alimentar.

Figura número 31 – Gralha-azul



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

13 - Gambá (*Didelphis marsupialis*): é uma espécie florestal (figura 32) que mede entre 60 a 90 centímetros de comprimento e pesa normalmente 1,6 quilos. Na região do ânus há uma glândula que exala um cheiro forte e desagradável, quase se sente ameaçado. Sua alimentação é onívora.

Figura número 32 - Gambá



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

14 - Quati (*Nasua nasua*): os Quatis (figura 33) variam muito no tamanho, de 89 centímetros a 1,25 metro de comprimento, pesando até dez quilos. Sua característica mais marcante é seu focinho alongado e sua cauda riscada. Gosta de se alimentar de frutos e aves.

Figura número 33 - Quati



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

15 - Lobo Guará (*Chrysocyon brachyurus*): o Lobo Guará (figura 34) é muito famoso na região dos Campos Gerais, é o maior canídeo da América do Sul. Possui longas pernas e pelos compridos que normalmente são pardo-avermelhados. Seu peso está na casa dos 20kg e mede 80cm de altura. Possui

hábitos noturnos e se alimenta de pequenos mamíferos como roedores e gambás.

Figura número 34 – Lobo Guará



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

16 - Jaguatirica (*Leopardus pardalis*): a Jaguatirica (figura 35) é um felino de porte médio que pode chegar a um metro de comprimento. Sua pelagem é amarela, com manchas pretas. Possui hábitos noturno, quando sai para caçar. Sua alimentação é carnívora.

Figura número 35 - Jaguatirica



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná – IAP

17 - Suçuarana (*Puma concolor*): a Suçuarana (figura 36) é muito similar a onça pintada, só que não possui manchas pretas. É um felino grande, pode chegar a quase dois metros de comprimento e pesar cerca de 100 kg. Possui hábitos noturno e se alimenta basicamente de carne.

Figura número 36 - Suçuarana



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

18 - Bugio (*Aloutta guariba*): o bugio (figura 37) é um primata de tamanho avantajado a cauda longa, pode ser preto (*caraya*) ou ruivo (*guariba*). Mede de 44 a 77 centímetros e pode chegar a nove quilos. Emitem um som rouco e forte que pode ser ouvido a longa distância. Sua alimentação é herbívora.

Figura número 37 - Bugio



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

19 - Lontra (*Lutra longicaudis*): Esta espécie está presente em todos os biomas do Paraná, sempre na água ou perto dela. Possui uma pelagem predominante cor marrom-escura. Sua cabeça é achatada, com olhos pequenos; orelhas curtas e arredondadas. A Lontra (figura 38) tem entre 46 e 82 centímetros de

corpo e pesa entre três a quatro quilos. Normalmente sai ao entardecer e a noite. Alimenta-se de animais aquáticos e de pequenos mamíferos.

Figura número 38 - Lontra



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná – IAP

20 - Furão (*Galictis cuja*): o Furão (figura 39) pesa entre 900 gramas a 2,3 quilos, com 61 centímetros de comprimento. Além de subir em árvores com facilidades, é também, um ótimo nadador. Têm hábitos diurnos e noturnos, sua alimentação baseia-se em pequenos invertebrados, ovos e frutos.

Figura número 39 - Furão



Fonte: Carlos Alberto Coutinho

21 - Ariranha (*Pteronura brasiliensis*): possui de 1,5 a 1,8 metros de comprimento e pesa até 30 quilos. A Ariranha (figura 40) possui uma pelagem

escura e manchas claras de diversas formas. Habita rios e riachos e se alimenta de peixes em geral, répteis e aves.

Figura número 40 - Ariranha



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná – IAP

22 - Cutia (*Dasyprocta aguti*): a Cutia (figura 41) mede cerca de 60 centímetros de comprimento e pode chegar a quatro quilos. Sua pelagem normalmente é marrom-avermelhado. Gosta de habitar em florestas densas e no cerrado.

Figura número 41 - Cutia



Fonte: Bernhard Richter

23 - Ouriço (*Coendou villosus*): são facilmente reconhecidos (figura 42) pelos seus espinhos, possui cerca de seis mil espinhos pelo corpo. Seu comprimento varia entre 20 a 35 centímetros, pesando em média 700 gramas. Tem hábitos noturnos e sua alimentação é baseada em frutos.

Figura número 42 - Ouriço



Fonte: www.superstock.com

24 - Gavião Carcará (*Polyborus plancus*): o caracará (figura 43) não é uma águia, e sim um parente distante dos falcões. Possui cerca de 56 centímetros da cabeça a cauda. É onívoro e costuma andar sozinho ou aos pares.

Figura número 43 – Gavião Carcará



Fonte: Ualisson Eduardo Gesuelli

25 - Cascavel (*Crotalus duríssus*): esta é uma serpente (figura 44) diferenciada das demais, pois, possui um chocalho na ponta da cauda. Os anéis do chocalham se formam quando a serpente troca de pele. A Cascavel pode medir até 1,50 de comprimento e o peso varia entre seis a sete quilos. Apesar de

tudo não é um animal agressivo. Sua alimentação se baseia em pequenos roedores.

Figura número 44 - Cascavel



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP

As informações que serão expostas ao lado da foto dos animais serão: peso e altura do animal, tipo de alimentação (carnívoro, piscívoro, insetívoro, frugívoro, herbívoro e onívoro), habitat (florestas, campos, água), atividade (diurno ou noturno) e as chances de o animal ser observado no parque que será dividida em altas, média, baixa e mínima.

Os animais escolhidos para fazer parte do guia de campo, foram escolhidos pela sua popularidade (por serem citados em outras publicações) ou por estarem ameaçados de extinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo como já visto, cresceu muito nos últimos anos. Sua atividade em áreas naturais deve ser muito bem planejada devido aos riscos que esta oferece, muitas vezes irreversíveis. Não conseguimos conscientizar o ser humano sobre a importância de se proteger o meio ambiente, mas podemos SENSIBILÁ-LOS. A sensibilização é o melhor caminho para a conscientização ambiental.

A elaboração do guia de campo do PNCG, realizado neste trabalho, é uma proposta ao futuro Plano de Manejo, mas atualmente pode servir para divulgação do parque em locais estratégicos que ainda estão em análise. Também está sendo usado como embasamento para um projeto de mestrado.

O trabalho também foi usado, junto a demais trabalhos, no I Seminário do Parque Nacional dos Campos Gerais, o qual foi realizado para juntar pesquisadores do PNCG e embasar o futuro Plano de Manejo. O mais importante foi que com este trabalho, foi possível mostrar a mim mesma, a área de turismo que mais me destaco, e até mesmo, identificar outros segmentos desta mesma área, que posso seguir.

O Parque Nacional dos Campos Gerais ainda tem muito a ser explorado e a dificuldade de implementação do parque não permite ser trabalhado da forma que deveria, mas ainda há como ser pesquisado para cada vez mais mostrar a importância de cuidar desta Unidade de Conservação. O guia aborda as principais espécies da região, dando ênfase a sua existência dentro do parque. Conclui-se então, a importância do manejo no PNCG, junto com a utilização da interpretação ambiental para que haja uma junção entre a atividade turística e a sensibilização ambiental dentro de áreas protegidas.

O guia de campo é só um exemplo do que pode ser feito pelo parque, mas para que isso seja possível, é necessária a colaboração por parte dos proprietários de terra e do poder público. O Parque Nacional dos Campos Gerais é um bem de todos que moram na região, portanto, é imprescritível que haja colaboração de todos para cuidar de um bem comum.

REFERÊNCIAS

- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do Turismo**. 13ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2008.
- BOO, E. **The Ecotourism Boom: planning for development and manegement**. Technical Paper Series, Washigton: wwf/whn, 1992. 14p.
- BRANDÃO, C.B. Apresentação: Que esta rede cubra o mundo inteiro. In: Pádua, S.M.; Tabanez, M. (Org.) **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ, 1997.
- BROCHU, Lisa; MERRIMAN, Tim. **Interpretación Personal: conectando su audiencia con los recursos patrimoniales**. Puerto Rico: NAI, 2003. 108 P.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- FILHO, Américo Pellegrini. **Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo**. 1ª ed. São Paulo: Manole, 2000.
- DA FRÉ, M.; MIRANDA, G.B.; PREUSS, J.F.. **Inventário da mastofauna não-voadora do Parque Nacional dos Campos Gerais, PR..** In: 6º Congresso Brasileiro de Mastozoologia, 2012, Corumbá / MS. A Mastozoologia e a Crise da Biodiversidade, 2012. p. 575-575.
- HAM, S. H. **Interpretacion ambiental: una guía práctica para gente com grandes ideas y presupuestos pequeños**. Colorado: Fulcrum Golden, 1992.
- HOSE, T. A. Geoturismo europeo. Interpretación geológica y promoción de La conservación geológica para turistas. In BARRETINO, D.; WINBLEDON, W. P.; GALLEGU, E. **Patrimônio Geológico: conservación y gestion**. Madrid: ITGE, 2000. p. 137-159.
- ICMBio, Ministério do Meio Ambiente. **ICMBio Instituto Chico Mendes MMA**. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em 23 de abril de 2015.

ICMBio, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto de Pesquisa para Elaboração de Estudos Prioritários de Uso Público para o Parque Nacional dos Campos Gerais – Pr, como Ferramenta para a Gestão e Subsídios para o Planejamento.** Ponta Grossa, 2012.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo um guia para planejamento e gestão.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001. 292 p.

LOTTICI KRAHL, Mara Flora. **Turismo Rural: conceituação e características básicas.** Dissertação de Mestrado. Brasília: GEA/IH/ UnB, 2003: 2

MCKERCHER, Bob. **Turismo de Natureza: planejamento e sustentabilidade.** São Paulo: Contexto, 2002. 303 p.

Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 72 p.

MOLINA, Sergio E. **Turismo y Ecologia.** México: Editora Trillas, 2000. 198 p.

MORAES, Werter Valentim. **Ecoturismo um bom negócio com a natureza.** Cidade: Editora Aprenda Fácil, 2000.

MORALES, Jorge. **Guía practica para la interpretación del patrimonio: el arte de acercar el legado cultural al publico visitante.** Sevilla: Difusión, 2001.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Geoturismo e Interpretação Ambiental** 1ª ed, Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

0 BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.** Brasília: Ministério do Turismo, 2003:6.

PATROCÍNIO, Dennis Nogarolli Marques. **Bichos do Paraná Guia da Fauna Paranaense.** Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2009. 244 p.

Robinson, A. M.; Roots, D. Marketing Geotourism Sustainably. In: Inaugural Global Geotourism Conference, 1, Fremantle, Austrália. Conference Proceedings. 2008.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo. 2007. **Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: Potencial para a**

Criação de um Geoparque da UNESCO – Tese de Doutorado, Instituto de Geociências da UFMG, 211p.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**. 14^a ed, São Paulo: Papirus, 1997.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecos do turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas, SP: Papirus, 2001 (Coleção Turismo). 95 p.

SILVA, E. A. da; MOITA NETO, J. M. **Logística reversa: um desafio ambiental para o setor moveleiro**. In: José Luís Lopes Araújo; José de Ribamar de Sousa Rocha; Roseli Farias Melo de Barros. (Org.). *Questões socioambientais no meio norte brasileiro*. Teresina: EDUFPI, 2013, v.8, p. 131-152.

TAKAHASHI, Leide Yassuco. **Caracterização dos Visitantes, suas Preferências e Percepções e Avaliação dos Impactos da Visitação Pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná**. 1998, 129 p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

TILDEN, F. **Interpreting our Heritage**. The University of North Carolina Press. 1977. 117p.

TOSSULINO, Márcia de Guadalupe Pires; PATROCÍNIO, Dennis Nogarolli Marques; CAMPOS, João Batista. **Fauna do Paraná em Extinção**. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006. 272 p.

TULIK, O . **Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural**. In: RODRIGUES, A . B. (Ed.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VASCONCELLOS, J. **Trilhas Interpretativas: Aliando Educação e Recreação**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 465 – 477 P.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. 340 p.